



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO MIRACEMA
CURSO DE PEDAGOGIA**

JAYNE LIMA DE SOUSA

**MULHERES NEGRAS QUE LUTARAM CONTRA AS OPRESSÕES SOCIAIS:
UM ESTUDO DA PERSPECTIVA HISTÓRICA DE JARID ARRAES**

**Miracema do Tocantins, TO
2022**

Jayne Lima de Sousa

**Mulheres negras que lutaram contra as opressões sociais:
Um estudo da perspectiva histórica de Jarid Arraes**

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins-Campus de Miracema, Curso de Pedagogia, para obtenção do título de Pedagoga (Licenciatura em Pedagogia). Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), sob orientação do Professor Doutor Francisco Gonçalves Filho.

Miracema do Tocantins, TO

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S725m Sousa, Jayne Lima de .
 Mulheres negras que lutaram contra as opressões sociais: Um estudo da perspectiva histórica de Jarid Arraes. / Jayne Lima de Sousa. – Miracema, TO, 2022.
 48 f.
 Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2022.
 Orientador: Francisco Gonçalves Filho
 1. Mulheres negras . 2. Protagonismo . 3. Cordel. 4. Antirracismo . I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

JAYNE LIMA DE SOUSA

MULHERES NEGRAS QUE LUTARAM CONTRA AS OPRESSÕES SOCIAIS:
UM ESTUDO DA PERSPECTIVA HISTÓRICA DE JARID ARRAES

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins-Campus de Miracema, Curso de Pedagogia, para obtenção do título de Pedagoga sob orientação do Professor Doutor Francisco Gonçalves Filho.

Data de aprovação: 17/11/2022.

Banca Examinadora:

Prof. Dr^o. Francisco Gonçalves Filho, Orientador, UFT.

Prof.^a Dr^a Daniele Vasco Santos, Examinadora, UFT.

Prof. Dr^o. Antônio Miranda de Oliveira, Examinador, UFT.

Prof. Dr^o. Ladislau Ribeiro do Nascimento, Examinador, UFT.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo sopro de vida e saúde que me possibilitou levantar todos os dias da cama e cumprir com as responsabilidades da vida.

A meu orientador, Prof. Dr. Francisco Gonçalves Filho, por todo aprendizado adquirido ao longo de suas disciplinas. Por ter me confiado a tarefa de monitora do discente, a qual me possibilitou construir uma base teórica forte e coerente. Por ter me apresentado à obra que é tema central deste trabalho. Pelo apoio, paciência e toda a troca durante esta caminhada.

A minha irmã Karyne e meu cunhado Sullivan por me abrigarem nos últimos meses, e me proporcionarem um ambiente tranquilo para aguentar as turbulências desta reta final.

Ao meu parceiro, Missimar, por todo o apoio nas horas em que a mente e o espírito pesam. Pela disposição em me deixar na universidade, e paciência com os horários sempre insertos da volta.

Aos meus tios, Maria Sônia e Rufino, por me cederem um quarto em sua casa durante quase oito anos. Sempre levarei comigo o aprendizado dos momentos difíceis, e os sorrisos dos dias coloridos.

Aos meus pais, por me confiarem à liberdade de sair de casa tão cedo, mesmo não sendo aquilo que planejavam para mim. Pela base sólida e amorosa na qual me fizeram ser quem eu sou.

Ao meu colega Lucas Martins, pelo laço de amizade durante esses anos de Universidade. Por ser sempre tão solícito nos momentos em que precisei.

À minha também colega Ana Clara Pereira, a qual pude me aproximar e conhecer um pouco melhor nos últimos meses. Pelas conversas e palavras de incentivo. Por dividir comigo as orientações com o professor Francisco e também os horários incertos de volta para casa. Por fazer parte desde o início, de toda essa trajetória.

Aos demais colegas de Universidade, pelos encontros em sala tanto presenciais como síncronos. Pelos trabalhos em grupo, pelas críticas, e por terem vivenciado comigo, mesmo que indiretamente, essa experiência transformadora, que a Universidade nos proporciona.

Aos meus professores, por todo o conhecimento e troca em sala. Pelas críticas que me fizeram amadurecer. Por serem humanos, e até aos que demonstraram resistência em ser. Tudo foi aprendido, tudo me fez mais forte.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a Jayne Lima. Por não ter desistido, por ter resistido aos processos. Por não ter sucumbido ao medo do novo, do inesperado. Por ter se levantado tantas e tantas vezes depois dos tropeços dolorosos da vida. Orgulho-me de você, e estou ansiosa para ver por quais caminhos mais a vida te levará.

Os heróis são a projeção do melhor de nós, como seres humanos, do que todos deveríamos buscar como gente. Mas os nossos heróis e heroínas, quando negros têm sido odiosamente relegados ao esquecimento.

Jaqueline Gomes de Jesus

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo a perspectiva histórica e antirracista de Jarid Arraes na obra “Heroínas Negras Brasileiras em 15 Cordéis”. Nosso objetivo foi o de dar visibilidade ao protagonismo de mulheres que lutaram contra as opressões sociais de gênero, raça e classe. É um estudo que se aproxima da história da mulher negra no Brasil, do desvelamento do racismo, do preconceito, da discriminação racial e de suas consequências na vida da população afro-brasileira. Todavia, da afirmação da luta, da resistência e das conquistas destas mulheres em nossa história. Na metodologia do estudo destacamos sua realização como de natureza bibliográfica e estabelecemos relações com as leis étnico-raciais vigentes, tais como a Lei 10.639/2003 e a Lei 12.288/2010, bem como a perspectiva antirracista em nossas referências. Delimitamos as opressões vividas por cada mulher negra destacada na obra e enfatizamos seus papéis na história, seja a mulher africana ou a mulher afro-brasileira. Concluimos pela importância da obra no sentido do reconhecimento histórico do protagonismo das mulheres negras sistematizado na forma didática, popular, dos cordéis. E assim, sugerimos a adoção no ensino básico escolar, como mais um passo importante na efetiva implementação do ensino de história da África e dos afro-brasileiros no currículo educacional, bem como da concretização das políticas de ações afirmativas.

Palavras-chave: Mulheres Negras. Protagonismo. Cordel. Antirracismo. Políticas de ações afirmativas.

ABSTRACT

This work has as object, the historical and anti-racist perspective of Jarid Arraes in the work "Heroínas Negras Brasileiras in 15 Cordéis". Our objective was to give visibility to the role of women who fought against social oppression of gender, race and class. It is a study that approaches the history of black women in Brazil, the unveiling of racism, prejudice, racial discrimination and its consequences in the life of the Afro-Brazilian population. However, the affirmation of the struggle, resistance and achievements of these women in our history. In the study methodology, we established relationships with the current ethnic-racial laws, such as Law 10.639/2003 and Law 12.288/2010, as well as the anti-racist perspective in our references. We delimit the oppressions experienced by each black woman highlighted in the work and emphasize their roles in history, whether the African woman or the Afro-Brazilian woman. We conclude by the importance of the work in the sense of historical recognition of the protagonism of black women systematized in the didactic, popular form of the cordéis. And so, we suggest the adoption in basic school education, as another important step in the effective implementation of the teaching of African and Afro-Brazilian history in the educational curriculum, as well as the implementation of affirmative action policies.

Keywords: Black Women. Protagonism. anti-racism. Cordel. Affirmative action policies.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	DE AQUALTUNE À ZACIMBA GABA: O PROTAGONISMO DAS MULHERES NEGRAS AFRICANAS NO BRASIL, NA OBRA DE JARID ARRAES.....	14
3	DE ANTONIETA DE BARROS À TIA CIATA: O PROTAGONISMO DAS MULHERES NEGRAS AFRO-BRASILEIRAS NA OBRA DE JARID ARRAES	23
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
	REFERÊNCIAS.....	45
	ANEXOS	46

1 INTRODUÇÃO

Sou acadêmica do curso de pedagogia desde o ano de 2018. Antes da faculdade estava em outra cidade, vivendo para suprir as necessidades de outras pessoas. Digamos que foi um período em que me deixei de lado, por acreditar que aquela experiência poderia de certa forma, mudar a minha vida. Foi uma fase de muito amadurecimento e muito aprendizado, mas ao mesmo tempo, um processo lento de perda de mim mesmo. Nesse contexto, a faculdade surge como uma “heroína” que me deu a mão e impediu que eu caísse no precipício.

Descobrir que estava aprovada no curso foi como acordar de um sono profundo. Significou iniciar uma nova vida, com novos desafios, mas uma vida que seria minha e de mais ninguém. Voltei para Miracema, passei a morar com meus tios, arrumei o meu primeiro trabalho e comecei a frequentar as aulas. Durante três anos fui acadêmica pela manhã e operadora de caixa pela tarde, chegava em casa às 21:00, essa era a minha rotina. Só nesse último ano resolvi deixar o trabalho e me dedicar completamente aos estudos, foi um longo processo onde vida pessoal e acadêmica se revezavam entre caos e calma.

A construção deste trabalho também foi assim, mas hoje, olhando para trás posso afirmar que foi necessário, pois como poderia ser uma produção minha se não trouxesse nas suas entrelinhas pequenos traços de mim. Neste processo me tornei monitora discente por duas vezes seguidas na disciplina de Educação e Cultura Afro-brasileira, onde pude ter acesso a uma rede de autores essenciais na construção deste trabalho, e também potencializar desde a qualidade das discussões que trago aqui, até no que diz respeito a minha desenvoltura pessoal enquanto acadêmica.

Este estudo tem como base uma obra escrita em cordel, um formato que julgo peculiar, assim como eu. A literatura de cordel é típica do Nordeste, é uma espécie de poesia ou conto que se estrutura obrigatoriamente a partir de três elementos principais, que são a métrica, rima e oração. Os versos precisam ser rimados, declamados oralmente e logo depois impressos em folhetos que originalmente ficam expostos e pendurados em cordas, ou cordéis, palavra que dá origem ao próprio nome.

O cordel é uma expressão cultural brasileira que traz em seus traços, contribuições do povo africano, indígena, europeu e árabe. Em setembro de 2018 foi transformado em Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro, reconhecido assim, como

uma Literatura popular de valor histórico e cultural. Mais que uma literatura, é também a principal fonte de renda de muitos cordelistas no país, e também uma forma didática e leve de produção do conhecimento.

Jarid Arraes é natural de Juazeiro do Norte, na região do Cariri no Ceará. É escritora, cordelista, poeta e além da obra desenvolvida nesta monografia, é também autora de “Redemoinho em dia quente¹”, “Um buraco com meu nome” e “As lendas de Dandara”. Atualmente mora em São Paulo, onde desenvolveu um clube de escrita para mulheres² e já soma mais de 70 títulos publicados em Literatura de cordel.

Desde muito pequena Jarid teve contato com a literatura, pois cresceu entre os livros e a poesia de seu pai e avô, ambos cordelistas e xilogravadores. A paixão pela escrita, poesia, rimas e métrica foi sendo estimulada a partir desta influência, por esse motivo, sua primeira escrita acabou sendo o cordel, pois desejava continuar fortalecendo o legado de sua família. Suas influências literárias não se limitam apenas no cordel, sempre buscou a leitura de grandes poetas, e também de personalidades femininas que marcaram a história não só como autoras e poetas, mas nas diversas áreas do conhecimento, principalmente mulheres negras, pois percebeu que o acesso a elas e suas produções eram precários tanto em relação às obras, como na exposição na mídia e em materiais didáticos nas escolas do país.

A obra “Heroínas Negras Brasileiras em 15 Cordéis”, de Jarid Arraes tem como base, mulheres negras que foram essenciais dentro do contexto histórico em que estavam inseridas. Que, no entanto, tiveram suas histórias apagadas, e como consequência disso, hoje, pouco se sabe, ou pouco se viu a respeito de cada uma delas no sistema educacional.

Cada uma das mulheres negras retratadas por Jarid Arraes foi heroína à sua forma, dentro de seu tempo, no contexto em que estavam inseridas. Cada uma teve um papel importante na história, em uma época de escravidão, pós-escravidão e sofrimento extremo. Eram princesas, rainhas, líderes de valor que representavam força, coragem e resistência, mesmo diante das opressões impostas a elas e a seu povo afro-brasileiro ou africano.

¹ Vencedor do prêmio Biblioteca Nacional, do APCA de literatura, na categoria contos e finalista do prêmio Jabuti.

² Criado em outubro de 2015, através de encontros periódicos o clube tem como objetivo encorajar mulheres que escrevem ou desejavam começar a escrever. É um projeto gratuito que se expandiu em 2017 e se tornou um coletivo contando com a participação de outras integrantes escritoras.

Essas opressões se manifestaram e se manifestam de forma concreta através de ações da branquitude, que historicamente, isto é, por mais de trezentos anos de escravidão oficial, acabou por estipular um lugar de inferioridade à população negra.

De forma geral, sobre a opressão vivida pelo povo que foi escravizado, Clóvis Moura, em sua obra: *História do Negro Brasileiro* define quê:

O negro escravo vivia como se fosse um animal. Não tinha nenhum direito, e pelas Ordenações do Reino podia ser vendido, trocado, castigado, mutilado, ou mesmo morto sem que ninguém ou nenhuma instituição pudesse intervir em seu favor. Era uma propriedade privada, propriedade como qualquer outro semovente, como porco ou cavalo. (MOURA, 1992, p.15)

Sobre opressões impostas a elas (mulheres negras) Angela Davis apud Djamila Ribeiro, em sua obra “*Quem Tem Medo do Feminismo Negro*”, chama atenção para o fato de:

(...) a mulher negra escravizada era tratada de modo a ofuscar uma “natureza feminina”, uma vez que eram forçadas a desempenhar o mesmo trabalho dos homens negros escravizados. O que as diferenciavam dos homens, e essa é a diferença crucial, era o fato de terem seus corpos violados pelo estupro. (RIBEIRO, 2018, p.116)

A população africana e afrodescendente, por si só já compartilha de um cenário marcado pelo processo de discriminação e desigualdade étnico-racial. As mulheres negras, por sua vez, além da discriminação e desigualdade racial, sofrem também a de gênero. Manifestações que se traduzem como racismo estrutural, que historicamente marginalizou a população negra durante e após os mais de trezentos anos de escravidão no país.

Podemos localizar o enfrentamento atual dessa questão, com a própria definição pela Lei 12.288 de 20 de junho de 2010, de desigualdade de gênero e raça. No artigo primeiro desta Lei, parágrafo único, temos: “Desigualdade de gênero e raça: assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais”. (Lei 12.288 de 20 de junho de 2010).

As 15 heroínas negras brasileiras destacadas por Arraes, passaram por ambas as formas de discriminação e desigualdade. Nascidas em solo brasileiro, tiveram de conviver desde cedo com as opressões aqui impostas a população negra. Capturadas e trazidas do continente africano, viram sua cultura, suas vidas, serem marginalizadas

e reduzidas a nada. Africanas e afro-brasileiras, todas ocupando o “quarto de despejo³” da sociedade.

Neusa Santos, apud Djamila Ribeiro (2019), afirma que:

A sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior. (RIBEIRO, 2019, p.11).

Foi esse espaço inferiorizado pela elite dominante, marcado pelos preconceitos de gênero e raça, que Antonieta de Barros, Aqualtune, Carolina Maria de Jesus, Dandara dos Palmares, Esperança Garcia, Eva Maria do Bonsucesso, Laudelina de Campos Melo, Luísa Mahin, Maria Felipa, Maria Firmina dos Reis, Mariana Crioula, Na Agontimé, Tereza de Benguela, Tia Ciata e Zacimba Gaba, com determinação e coragem, segundo os estudos fundamentados de Jarid Arraes, resistiram marcando assim seus nomes, como heroínas na história brasileira.

A seguir descrevemos, segundo a obra de Jarid Arraes, quem eram essas mulheres e de forma mais ampla, seus protagonismos na história, no sentido da importância deste livro como objeto de reparação histórica, na visibilidade da mulher negra.

Como podemos verificar na obra, das 15 mulheres destacadas por Jarid Arraes identificamos que, entre elas, dez nasceram em território brasileiro e cinco foram trazidas na condição de escravas, diretamente do continente africano. Nesta conta e no estudo precisamos relevar a situação de que, algumas delas não se têm provas suficientemente para saber se nasceram no Brasil ou foram trazidas escravizadas do continente africano.

Na primeira seção tratamos do protagonismo das mulheres negras africanas, são elas: Aqualtune, Luísa Mahin, Na Agontimé, Tereza de Benguela e Zacimba Gaba.

Na segunda seção abordaremos o protagonismo das mulheres negras afro-brasileiras, isto é: as nascidas no Brasil são elas: Antonieta de Barros, Carolina Maria de Jesus, Dandara dos Palmares, Esperança Garcia, Eva Maria do Bonsucesso, Laudelina de Campos Melo, Maria Felipa de Oliveira, Maria Firmina dos Reis, Mariana Crioula e Tia Ciata.

³ Alusão a obra “Quarto de Despejo”, de Carolina Maria de Jesus.

O estudo nos permitiu relacionar os cordéis da autora com abordagens históricas sobre o negro e a negra no Brasil, isto é, estudos sobre a história do racismo do Brasil, das nossas origens africanas e dos marcos legais étnico-raciais.

Subdividimos o estudo em seções, compreendendo a introdução deste estudo a primeira de nossas seções.

Assim, na segunda seção tratamos do protagonismo histórico das mulheres negras africanas no Brasil, mulheres que foram capturadas no continente africano e trazidas na condição de escravas.

E na terceira seção tratamos do protagonismo das heroínas afro-brasileiras, ou seja, aquelas que descenderam das africanas e como consequência viveram a continuidade do ciclo de opressão.

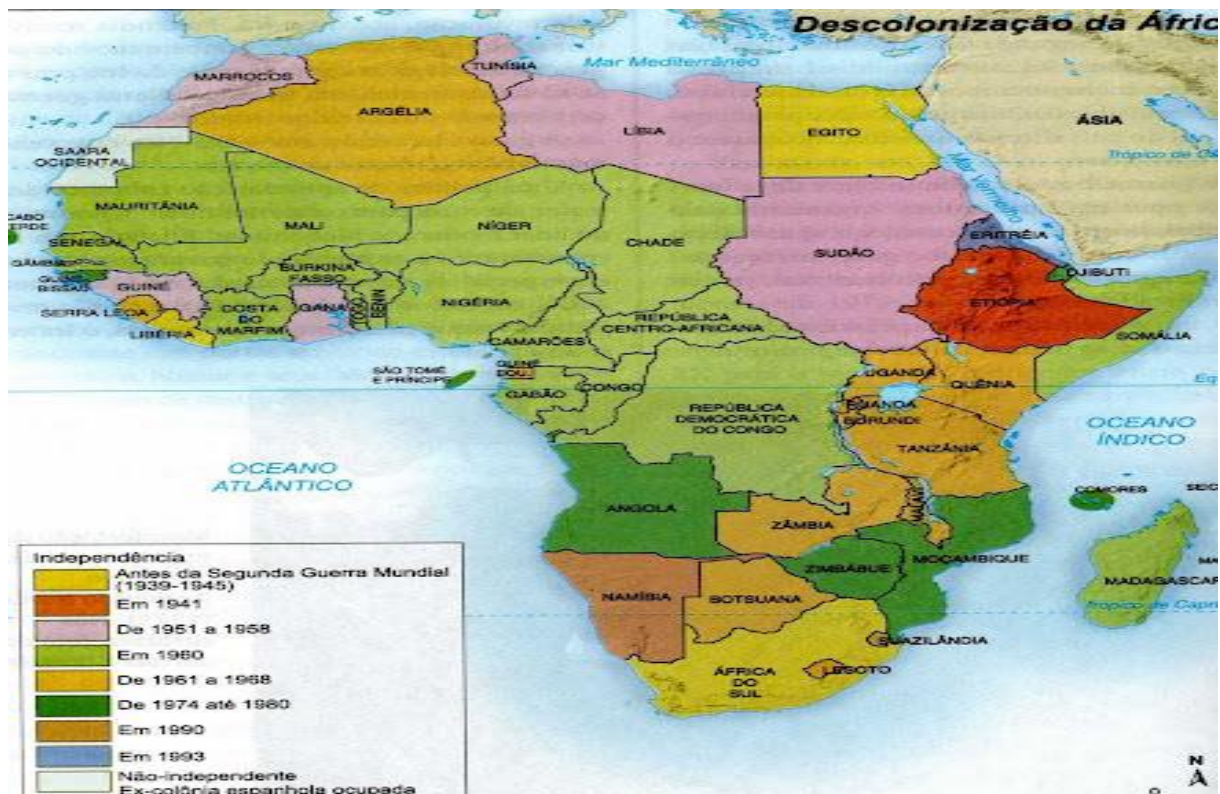
Na quarta seção propomos uma reflexão acerca de todas as discussões levantadas nas seções anteriores e enfatizamos novamente, a urgência necessária de dar o devido destaque a essas mulheres negras (heroínas), que desempenharam papéis extraordinários de luta e resistência por uma sociedade melhor para todos e todas, em destaque, a população africana e afro-brasileira.

2 DE AQUALTUNE À ZACIMBA GABA: O PROTAGONISMO DAS MULHERES NEGRAS AFRICANAS NO BRASIL, NA OBRA DE JARID ARRAES

Antes de adentrar propriamente nas discussões do protagonismo dessas mulheres no Brasil, abordado por Jarid Arraes, lembramos aqui, que as africanas em questão, vieram de diferentes territórios do continente africano, são eles: Reino do Congo, Costa da Mina, Daomé, Benguela Velha, e Cabinda na Angola.

Segue o mapa para melhor visualização:

Figura 1 -Descolonização e conflitos na África



Fonte: <https://4minionucpsuacsnu.wordpress.com/2019/07/12/descolonizacao-e-conflitos-na-africa/>

Pois, para muitos ainda perdura o mito de uma África única, na qual existiria uma só cultura, uma só religião, como enfatiza Munanga:

Em termos gerais, tem-se da África uma imagem muito simples e reducionista, ilustrada por expressões como “na África é tudo a mesma coisa; na África é tudo diferente”. Esqueceu-se de que se trata de um continente com 56 países; uma superfície de 30 milhões de quilômetros quadrados e uma população de cerca de 600 milhões de habitantes. (MUNANGA, 2009, p. 20).

Como podemos ver que se trata de um continente vasto e diverso em termos geográficos, linguísticos, étnicos e culturais. Como ainda podemos constatar segundo Munanga:

A África é um imenso continente de 30 milhões de quilômetros quadrados de superfície que abriga diversas civilizações, milhares de etnias e culturas distintas. Possui uma população de cerca de 600 milhões de habitantes distribuídos entre centenas de povos que falam diversas línguas ao mesmo tempo diferentes e semelhantes. Geograficamente, o deserto do Saara no Norte criou uma divisão natural do continente em duas partes desiguais em extensão territorial: África do norte⁴ e a África subsaariana⁵. (MUNANGA, 2009, p.13)

E foi de dentro de toda essa complexidade e diversidade que nossas heroínas africanas foram arrancadas e distribuídas em navios negreiros, para terras brasileiras onde tentaram a todo custo submetê-las ao sistema perverso da escravidão. A seguir, discorro sobre cada uma delas, em suas histórias considerando o livro de Jarid Arraes.

A primeira delas é Aqualtune, a que quebrou padrões e vivenciou concretamente o que teria sido, segundo Munanga “uma das maiores tragédias da história da humanidade”, o tráfico negreiro:

O tráfico negreiro é considerado por sua amplitude e duração uma das maiores tragédias da história da humanidade. Durante séculos, milhões de homens e mulheres foram arrancados da África subsaariana (abaixo da linha do Deserto do Saara) – de suas raízes – e deportados para três continentes: Ásia, Europa e América, por meio de três rotas: a rota oriental (pelo Oceano Índico e Mar Vermelho), a rota transaariana (pelo Deserto do Saara) e a rota transatlântica (pelo Oceano Atlântico). (MUNANGA, 2009, p.80)

Aqualtune era filha de um Rei, um Manicongo⁶, portanto uma princesa. Natural do reino do Congo, que se localizava na África centro-ocidental. Ainda segundo Arraes, Aqualtune liderou mais de 10 mil homens em batalha, no intuito de retardar um ataque contra seu reino. Onde mesmo lutando bravamente ao lado de seu povo, acabou sendo derrotada e vendida como escrava. Vejamos este fato no cordel.

⁴ Chamada ora África branca, hora África árabe, abriga países do Magreb, Líbia e Egito.

⁵ Conhecida como África Negra pelo fato de a maioria de sua população ser negroide. Compreende todos os povos e países da África ocidental, oriental, central e austral.

⁶ Título do rei no reino do Congo.

Lá no Congo era feliz
 De raiz no ancestral
 Mas havia outros reinos
 Dos quais Congo era rival
 E por isso houve guerra
 Com desfecho vendaval.

Na disputa dessa guerra
 Foi seu povo humilhado
 E o reino de seu pai
 Foi vendido como escravo
 Mais de dez mil lutadores
 Iguamente enjaulados.
 (ARRAES, 2020, p.27)

Como se não bastasse à guerra e ser capturada, ainda teve de enfrentar a travessia no navio negreiro, uma embarcação designada especialmente para transportar os escravizados pelas rotas orientais e transatlânticas. É importante frisar que, novamente, segundo a obra “Origens Africanas do Brasil Contemporâneo” de Kabelenge Munanga, o navio em questão, possuía capacidade para transportar em média 450 capturados, mas esse número crescia, chegando à marca de aproximadamente 600 cativos a bordo, que de forma desumana eram transportados, correndo o risco de muitas vezes acabarem mortos durante o trajeto, seja pelas condições desumanas, ou por não suportarem a longa travessia a que eram submetidos.

O tráfico negreiro para as Américas teria provocado à morte de 60 milhões de africanos, cifra defendida por pessoas importantes como Martin Luther King. Mesmo considerada superestimada por alguns autores, não há como negar que o tráfico negreiro foi responsável pela morte de dezenas de milhões de negros. (MUNANGA, 2009, p. 81)

Aquiltune sobreviveu a todo esse processo e foi enviada ao Brasil, onde novamente seria submetida a novas formas de opressão. Vendida como escrava reprodutora, passou a viver as mais severas atrocidades. Como enfatiza o cordel, seu corpo foi violado, seu posto de princesa arrancado:

Foi vendida como escrava
 Chamada reprodutora
 Imagine o pesadelo
 Que função mais redutora
 Pois seria estuprada
 De escravos genitora.

Sua principal função
 Seria a de procriar
 Estuprada na rotina

Muita dor para suportar
 Imagine uma princesa
 Isso tudo enfrentar!
 (ARRAES, 2020, p.28-29)

Mesmo nessas condições, foi guerreira, e ainda grávida organizou uma fuga para o Quilombo dos Palmares, onde deu à luz Ganga Zumba Gana e Sabina, que mais tarde a tornou avó do grande líder Zumbi de Palmares.

Mas na vida de tortura
 Aqualtune ouviu falar
 Sobre a pura resistência
 Dos escravos a lutar
 E soube de Palmares
 O que pode admirar.

Aqualtune se empolgou
 Do seu povo quis a luta
 E pensou em se juntar
 Pra somar nessa labuta.
 Mesmo estando em gravidez
 Ela estava resoluta.
 (ARRAES, 2020, p. 29)

Os quilombos se traduziam como uma das principais formas de resistência da população negra escravizada. Segundo Moura (1992), um espaço onde o escravizado, agora livre devido sua legítima fuga da fazenda “reencontrava a sua condição humana”. E foi nesse espaço onde a princesa do Congo novamente pode viver sua humanidade, sua cultura, seu posto de realeza.

Todos lá reconheceram
 Que era ela uma princesa
 E por isso concederam
 Território e realeza
 Para a brava Aqualtune
 Coroada de firmeza.
 (ARRAES, 2020, p.30)

Aqualtune, não aceitou o posto de objeto que lhe foi dado, foi sinônimo de força, resistência e guiou seu povo à liberdade. Sua história é artigo de inspiração, de reflexão. A geração atual e as que virão precisam conhecê-la.

Seguindo em frente, discorro agora sobre mais um rosto da revolução, a africana, Luísa Mahin. Um símbolo de luta da comunidade negra, de resistência e herança cultural. Foi trazida de Costa Mina, na África, para ser escravizada no Brasil. Depois de alforriada em 1812, passou a trabalhar como quituteira, e mais que isso, a

usar seus quitutes para trocar bilhetes com os revolucionários e organizar rebeliões como: A Revolta dos Malês em 1835 e a Sabinada em 1837. Foi descoberta e fugiu para o Rio de Janeiro, onde alguns dizem ter sido deportada, já outros acreditam que se instalou no Maranhão onde criou o tambor de crioula.

Segundo Arraes (2020):

Gostaria que Luíza
Fosse muito mais lembrada
Nas escolas brasileiras
Fosse sempre ali citada
É por isso que lutamos
Pra que seja memorada.

E para as mulheres negras
Mahin é uma referência
Um espelho poderoso
Dessa forte resistência
É coragem feminina
E também resiliência.
(ARRAES, 2020, p.92)

Luísa Mahin foi sim revolucionária. Não teve medo de se posicionar, e em todas as guerras estava pronta para lutar. Um símbolo de luta da comunidade negra, de resistência e herança cultural.

A próxima heroína foi também exemplo de liderança. Falo agora de Na Agontimé, Rainha do reino de Daomé, o atual Benim, que segundo Munanga (2009) faz parte da área ocidental, chamada costa dos escravos na África. Agontimé foi vendida como escrava pelo filho mais velho de seu marido falecido Agonglô, que ordenou que seu nome fosse mudado para tornar ainda mais impossível sua localização.

Passou a ser chamada Maria Jesuína e foi levada para o Maranhão, onde mais tarde conseguiu comprar sua liberdade e fundar a Casa das Minas. Com a ajuda de outras mulheres construiu casas e templos religiosos de matrizes africanas.

Segundo Arraes (2022):

Mas o fato é muito claro:
Foi rainha e lutadora
Coroadada com bravura
Ela foi conquistadora
Para sempre a inspirar
Na memória a relembrar
Como foi norteadora.

Mesmo numa terra hostil
Seu legado construiu

E por causa de sua fé
 Sua crença resistiu
 Hoje tem casa das minas
 Que caminhos ilumina:
 A rainha conseguiu!
 (ARRAES, 2020, p. 122)

É importante frisar que as religiões de matriz africana passaram por momentos críticos de intolerância religiosa e ainda hoje isso é uma realidade. Moura (1992) afirma que:

A Igreja Católica procurou, através daquilo que foi chamado posteriormente de sincretismo, penetrar e desarticular o mundo religioso do africano escravizado, usando o método catequista, batizando-o coercitivamente, num trabalho de cristianização que nada mais era do que tentativas, via estruturas de poder, de monopolizar o sagrado e influir poderosamente no plano social e político. Esse sincretismo, por isto mesmo, era unilateral. Era um sincretismo de uma só via. (MOURA, 1992, p. 34) .

Destaco aqui também, para a questão de liberdade de crença religiosa, o Estatuto da Igualdade racial, que hoje é o responsável por definir legalmente que:

Art. 23. É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.
 Art. 24. O direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos de matriz africana compreende:
 I – A prática de cultos, a celebração de reuniões relacionadas à religiosidade e a fundação e manutenção, por iniciativa privada, de lugares reservados para tais fins;
 II – A celebração de festividades e cerimônias de acordo com preceitos das respectivas religiões; (BRASIL, 2010)

Na Agontimé manteve forte suas tradições e conseguiu estabelecer sua religião no país onde foi escravizada. Sem contar que conseguiu conquistar sua liberdade. A rainha permaneceu entre os seus, como rainha e ressignificou um momento de dor em uma nova oportunidade de se manter viva.

Agora, vamos a mais uma grande rainha, vinda da África, é ela, Tereza de Benguela.

Residente do quilombo de Quariterê, no Mato Grosso, durante o século XVIII, se tornou rainha após a morte de seu marido e rei do quilombo José Piolho. Tereza cumpriu o papel de líder com maestria, cuidando do sistema de troca de armas, administrando toda a política e economia, mantendo o quilombo vivo e suprido de

todas as formas durante vinte anos, inclusive, livres da escravidão, vindo a ruir somente no ano de 1770, quando Luís Pinto de Sousa o atacou.

A população de negros
Setenta e nove se contavam
E a população indígena
Tinha trinta que restavam
Foram presos, foram mortos
Pelos que assassinavam.

De acordo com o registro
Tereza foi capturada
Mas depois de poucos dias
A rainha adoentada
Terminou-se falecendo
Da mazela ali tomada.
(ARRAES, 2020, p. 140)

Dia 25 de julho foi instituído como o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da mulher negra, graças a ela, a rainha quilombola que manteve seu povo forte e livre até o dia de sua morte.

Segundo Arraes (2020):

Que exemplo inspirador
Que mulher tão imponente
Foi Tereza de Benguela
Uma deusa para a gente
Que até hoje não desiste
Dessa luta pertinente.

É por isso que escrevo
Mulher negra também sou
E registro de Tereza
O legado que ficou
Pois bem poderosamente
A Tereza aqui passou.
(ARRAES, 2020, p. 141)

Segundo a Lei número 12.987, de dois de junho de 2014: “Art. 1º É instituído o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, a ser comemorado, anualmente, em 25 de julho”. A rainha quilombola fez jus à posição. É mais que merecido o dia em seu nome, pois foi mulher de pulso forte, uma líder exemplar.

E finalizamos com a africana Zacimba Gaba, mais uma princesa escravizada, que veio de Cabinda na Angola. Taxada de “negra rebelde” assim que foi vendida e embarcada no estado do Espírito Santo. Seu título de princesa incomodou o escravagista José Trancoso, que lhe fez de prisioneira na casa grande, dia e noite a torturando, castigada e abusada.

Com maldade sem medida
 Zacimba foi castigada
 Dia e noite, noite e dia
 Ela era chicoteada
 E ouvia-se o choro
 Da gente desesperada.

A inveja de Trancoso
 Era porca de enjoar
 Foi por isso que manteve
 O castigo sem cessar
 E Zacimba foi cativa
 Para ele abusar.
 (ARRAES, 2020, p. 158)

Zacimba cantava aos orixás, clamando por justiça e liberdade, e com a ajuda do povo da senzala fez um veneno que passou a usar em Trancoso que acabou morrendo. Com a morte do senhor branco, Zacimba liderou seu povo na revolta e na fuga até terras distantes onde formaram um quilombo.

A princesa heroína era celebrada e seguia lutando contra o regime escravocrata. Atacava os navios, resgatava seus irmãos sempre com coragem e ousadia, e assim seguiu até o dia de sua morte.

Segundo Arraes (2022):

Assim como Zacimba
 De Angola escravizada
 Muitas outras também foram
 No Brasil que castigava
 Mas o espírito de luta
 Nenhum branco lhes matava.

Tenho orgulho de Zacimba
 De ser parte de sua gente
 Meu cabelo e minha pele
 O meu sangue aqui corrente
 São herança da princesa
 De bravura coerente.
 (ARRAES, 2020, p. 162)

Muitas mulheres negras lutaram bravamente, heroicamente, contra as opressões sociais no Brasil, mas foram invisibilizadas na história escrita, em sua maioria, por homens, brancos. As cinco africanas aqui descritas são exemplos concretos deste quadro de apagamento que perdura, através das gerações seguintes. Mas, que as efetivas políticas de ações afirmativas e as iniciativas como a de Jarid Arraes podem reverter esse processo e permitir que nossa juventude estude e

conheça a história de resistência e luta das mulheres negras em todos os momentos de nossa história.

A primeira heroína que aqui descrevemos, nasceu no ano de 1901, em Florianópolis (SC). A afrodescendente⁷, Antonieta de Barros, que no campo da política, educação e da vida fez história.

Segundo Arraes (2020), Antonieta foi a primeira mulher negra, em todo o Brasil, a assumir um cargo de Deputada federal, no caso, o do estado de Santa Catarina. Vejamos este fato no cordel.

Conto ainda mais um fato
Que ela protagonizou
E marcou nossa história
Como líder de valor
Pois abriu mais uma porta
Pro futuro que chegou.

Deputada federal
Antonieta se tornou
A primeira do estado
Como assim se registrou
E foi a primeira negra
Que o país efetivou.
(ARRAES, 2020, p. 20)

O termo “fazer história”, se aplica perfeitamente a Antonieta. Pois foi ela, mulher à frente de seu tempo, pioneira e protagonista de sua própria história. Sobrepôs-se a uma sociedade machista, racista e impiedosa. Traduziu de forma concreta, o que Ana Angélica Sebastião apud Ribeiro, anos depois, viria a definir como feminismo negro:

Uma característica interessante de muitas feministas negras é que elas não se restringem a se pensar somente como teóricas, mas como ativistas militantes. Feminismo negro, segundo Sebastião, seria um movimento político, intelectual e de construção teórica de mulheres negras que estão envolvidas no combate às desigualdades para promover uma mudança social de fato; não seriam mulheres preocupadas somente com as opressões que lhes atingem, mulheres negras estariam discutindo e disputando projetos. (RIBEIRO, 2019, p. 49).

Foi professora, escritora, jornalista, fundadora de jornal. Defendia uma educação justa e igualitária para todos, segundo a própria Antonieta, o único meio capaz de libertar as vítimas da escravidão. Defendia o poder da mulher, seu lugar de fala, sua liberdade e valor.

As palavras que usou
Espalhou pela nação

⁷ Qualquer pessoa, que na sua ascendência ou patrimônio genético tem ou teve algum parente negro ou africano.

E com tudo semeou
A melhor revolução
Pelo espaço feminino
Pela sua negra ação.

É por isso que eu digo:
Antonietta é exemplar
E além de inspiradora
Pode muito desbravar
Foi abrindo caminhos
Pra gente também passar.
(ARRAES, 2020, p.21)

Abriu caminhos sim e é importante mencionar, que ascendeu como estudante, no momento em que o movimento feminista no Brasil atingia a sua primeira onda e começava a ganhar força. Iniciou os estudos em 1920, e após dois anos, em 1922, surge a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino:

No Brasil, o movimento feminista teve início no século XIX com o que chamamos de primeira onda. Nela, que tem como grande nome Nísia Floresta, as reivindicações eram voltadas a assuntos como direito ao voto e à vida pública. Assim, em 1922 nasceu a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que tinha como objetivo lutar pelo sufrágio feminino e pelo direito ao trabalho sem necessidade de autorização do marido. (RIBEIRO, 2018, p.45)

Mais tarde, na década de trinta (1930), Antonietta passa a atuar no movimento:

Já na década de trinta
Se juntou ao movimento
Por Progresso Feminino
Exigido no momento
Era a FBPF
Com quem teve envolvimento.
(ARRAES, 2020, p.20)

No campo político fez vários feitos, dentre eles citamos o projeto de Lei, que criou o dia do professor:

Art. 1º O dia 15 de outubro, dedicado ao Professor fica declarado feriado escolar.

Art. 2º O Ministro da Educação e Cultura, através de seus órgãos competentes, promoverá anualmente concursos alusivos à data e à pessoa do professor.

Art. 3º Para comemorar condignamente o dia do professor, os estabelecimentos de ensino farão promover solenidades, em que se enalteça a função do mestre na sociedade moderna, fazendo delas participar os alunos e as famílias. (BRASIL, 1963)

Antonietta foi excepcional em tudo o que se propôs a fazer. Lutou pela educação dos menos favorecidos, defendeu o direito das mulheres e não se intimidou diante de

seus opressores. Sempre firme, sempre Antonieta. É uma inspiração e deve ser celebrada. Lembrada por cada mulher que levanta as bandeiras do feminismo e que conseguiu se estabelecer no poder político. Por cada aluno no dia do professor, por cada cidadão que busca justiça, igualdade e direitos, pois segundo Jarid Arraes, ela quebrou padrões e rompeu barreiras em uma época onde não havia espaço para tais coisas.

Seguimos com o nosso trabalho trazendo mais uma heroína que precisa ser conhecida, mais uma história de resistência e persistência. A afrodescendente, nascida em Sacramento (MG), em 1914, Carolina Maria de Jesus.

Carolina não enfrentou a travessia no navio negreiro, não liderou um exército em uma guerra e não foi obrigada a gerar escravos. A travessia diária era entre a favela e a cidade, onde catava papel para sobreviver, era responsável por liderar três crianças rumo à sobrevivência, e em seu ventre era a fome que a escravizava. Importante frisar que isso ocorreu na cidade mais rica do país. No espaço, que ainda hoje, é tomado por nós como exemplo de desenvolvimento do capitalismo e que, portanto, ali estariam superadas (ou levadas ao extremo) as amarguras da desumanidade.

A escravidão já havia sido abolida, mas tinha deixado marcas profundas que a impediam de viver uma vida digna. Como explica Maria Luiza Tucci Carneiro:

Entretanto, analisando o cotidiano do ex-escravo, verificamos que as condições e as oportunidades de trabalho oferecidas pouco diferiam de uma escravidão disfarçada. Apesar de livres por lei, os negros e seus descendentes continuavam vivendo na condição de servo ou criado. (CARNEIRO, 1995, p. 16)

As condições de Carolina eram precárias desde seu nascimento. Era uma mulher, sua pele era preta e sua mãe não tinha um marido. Ou seja, pré-requisitos perfeitos para ser oprimida e marginalizada por uma sociedade de supremacia branca, racista e patriarcal. Após o falecimento de sua mãe, resolveu largar tudo e se mudar para São Paulo, onde mais tarde, o desemprego e a falta de oportunidade a obrigou residir na favela do Canindé, às margens do Rio Tietê, na capital de São Paulo, catando papel para sobreviver. Vejamos este fato no cordel.

No ano de trinta e sete
Carolina então mudou
Para a capital, São Paulo

Onde muito batalhou
 Construiu o seu barraco
 E ali se instalou.

Na favela Canindé
 Sua vida foi sofrida
 A maior luta diária
 Era a busca por comida
 Uma vida esfomeada
 Sempre muito deprimida.
 (ARRAES, 2020, p.38)

Hoje, uma Lei em favor, fruto da luta do movimento negro para enfrentar essa dura realidade da maioria da população, de acordo com o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010), no capítulo IV, seção II, temos que:

Art. 35. O poder público garantirá a implementação de políticas públicas para assegurar o direito à moradia adequada da população negra que vive em favelas, cortiços, áreas urbanas subutilizadas, degradadas ou em processo de degradação, a fim de reintegrá-las à dinâmica urbana e promover melhorias no ambiente e na qualidade de vida.

Parágrafo único. O direito à moradia adequada, para os efeitos desta Lei, inclui não apenas o provimento habitacional, mas também a garantia da infraestrutura urbana e dos equipamentos comunitários associados à função habitacional, bem como a assistência técnica e jurídica para a construção, a reforma ou a regularização fundiária da habitação em área urbana. (BRASIL, 2010)

Carolina não teve acesso a esta Lei, mas com o seu Diário de uma favelada, abriu caminho para esta conquista legal. Ela e seus três filhos, viveram uma realidade dura, marcada pela fome e por todos os tipos de privações que um ser humano poderia ou não ser capaz de suportar. Em uma de suas falas na obra “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”, ela descreve:

Eu amanheci nervosa. Porque eu queria ficar em casa, mas eu não tinha nada para comer.

...Eu não ia comer porque o pão era pouco. Será que é só eu que levo esta vida? O que eu posso esperar do futuro? Um leito em Campos do Jordão. (JESUS, 2019, p. 33)

Essa era a realidade de Carolina, uma luta diária baseada na busca por comida, por sobrevivência. Uma realidade que anos depois, ainda define o dia a dia de muitos brasileiros. Ao contrário do que se possa imaginar, a questão da fome no Brasil é um fato bastante atual. Milhares de pessoas no país vivem situações de insegurança alimentar bastante severas. Mais de 60 milhões de brasileiros sofrem com insegurança alimentar, diz a FAO. De acordo com o relatório da instituição, “15,4

milhões de brasileiros lidaram com insegurança alimentar grave nos últimos anos” (FAO/ONU, 2022).

Carolina, mesmo diante das opressões diárias, destaca-se que, com o conhecimento que conseguiu adquirir durante seu curto período escolar (dois anos), passou a escrever sobre sua realidade, a de seus filhos e vizinhos na favela. Escreveu em papéis encontrados no lixo, seus relatos de vida estão em mais de mil páginas.

Como era catadora
Pelos lixos encontrava
O papel e o caderno
Que por fim utilizava
Como o famoso diário
Onde tudo registrava.

Tudo que assucedida
Na favela onde vivia
Carolina prontamente
Em relatos escrevia
Irritando seus vizinhos
E causando agonia.
(ARRAES, 2020, p.39)

Carolina encontrou na escrita uma forma de sobrevivência, de resistência. Acreditava que através dela conseguiria deixar a favela e encontrar uma vida digna. E acertou ao ser descoberta pelo jornalista Audálio Dantas, que lhe ajudou na publicação de um de seus diários intitulado mais tarde como “Quarto de Despejo”.

Com esta publicação Carolina obteve um grande sucesso literário durante a década de 1960. Teve inclusive sua obra publicada em mais de 14 países.

Foi o Quarto de Despejo
O primeiro publicado
Um sucesso monstruoso
Tão vendido e aclamado
Carolina fez dinheiro
Com o livro elogiado.

Sua obra era importante
Pela vil realidade
Que ali estava exposta
Tal ferida da cidade
A favela e a pobreza
De Carolina a verdade.
(ARRAES, 2020, p. 40)

Com o sucesso das vendas ela saiu da favela, construiu uma casa de tijolos e mais uma vez escreveu. Dessa vez, não em folhas retiradas do lixo. Em seus relatos (agora sobre a burguesia), discorreu sobre o preconceito que lhe acometia, sobre a

hipocrisia de uma sociedade cruel e excludente. De uma sociedade racista e machista que a discriminava por ser negra, por ser mãe solteira, por ter pouco estudo e pela sua escrita que muitos apontavam como incorreta.

Mas na verdade, Carolina poderia se encaixar muito bem no “pretuguês” descrito por Lélia Gonzales apud Djamila Ribeiro:

É engraçado como eles [sociedade branca elitizada] gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse r no lugar do l nada mais é do que a marca lingüística de um idioma africano, no qual o l inexistente. Afinal quem é o ignorante? Ao mesmo tempo acham o maior barato a fala dita brasileira que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa você em cê, o está em tá e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês. (GONZALEZ, 1984, p. 238)

Mas é claro que a branquitude, não estava disposta a acolher e respeitar quem era de fato Carolina. Então, como resposta às exposições reveladoras da poderosa escrita de Carolina Maria de Jesus decidiram invisibilizá-la e lançá-la ao esquecimento. Automaticamente, de volta à favela.

O problema, no entanto
Era a grande exploração
Carolina se sentia
Como fosse na prisão
Pois bem mais ela queria
Enfrentando impedição.

Desejava até cantar
Mais um livro ela escreveu:
Casa de alvenaria
Cheio de relatos seus
Sobre a vida que mudava
E o que mais lhe aconteceu.
(ARRAES, 2020, p.40-41)

Ainda segundo Arraes (2020):

Por racismo e elitismo
Pouco dela hoje se fala
Mas tamanho preconceito
Seu legado jamais cala
É por isso que eu lembro
E meu grito não entala.

Carolina é um tesouro
Para o povo brasileiro
É o orgulho pras mulheres
Para o povo negro inteiro
Referência como exemplo
De valor testamentário”.

(ARRAES, 2020, p.42)

Segundo a própria Carolina Maria de Jesus:

Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque o meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre. Eu sabia que ia angariar inimigos, porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura. Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a verdade. (JESUS, 2019 p.197)

Carolina foi uma escritora real, sonhadora e resiliente. Retrato de uma realidade que persiste até hoje nas favelas espalhadas pelo País. Sua história, suas obras, mais que status de merecimento, devem ser espalhadas, contadas em alto e bom som por todas as universidades e escolas do Brasil⁸.

Outra história também invisibilizada e que merece destaque pelas escolas e universidades do Brasil, é a da grande heroína Dandara dos Palmares. Muitos não sabem, mas ela, ao lado de Zumbi comandou e manteve vivo o grande Quilombo de Palmares, o mais importante símbolo de resistência contra a escravidão no Brasil.

Segundo Munanga (2009),

De todos esses quilombos, o de Palmares, situado no atual Estado de Alagoas, é considerado o mais importante, tanto pelo tamanho e quantidade populacional como pela duração de sua existência. Durante todo o século XVII, Palmares rechaçou mais de 35 expedições comandadas pelos holandeses e portugueses. (MUNANGA, 2009, p.93)

Vejamos também, sobre Dandara em Palmares, no cordel:

Se você já ouviu falar
Da história de Zumbi
Peço então sua atenção
Pro que vou contar aqui
Talvez você não conheça
Por incrível que pareça
Por isso vou insistir.

O quilombo dos Palmares
Por Zumbi foi liderado
E nesse mesmo período
Dizem que ele foi casado
Com uma forte guerreira
Que tomou à dianteira

⁸ Neste sentido destacamos a boa iniciativa de uma escultura de Carolina inaugurada recentemente no bairro de Parelheiros, em São Paulo, Capital. Local em que viveu em uma chácara escolhida e comprada por ela. Ver anexo a, e consultar o link:

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/07/28/estatua-de-escritora-carolina-maria-de-jesus-e-inaugurada-em-sao-paulo.ghtml>

Pelo povo escravizado.
(ARRAES 2020, pg. 47)

Dandara foi mulher guerreira, mãe de três filhos que se recusou a limitação machista que estipulava o lugar social da mulher. Foi à luta com seu povo, se recusou a fazer acordos com os opressores e traçou estratégias para destruí-los. Tinha sede de liberdade, e mesmo depois de capturada resistiu escolhendo a morte ao invés da escravidão.

Mas Dandara não queria
Um papel limitador
Ser a mãe que cozinhava
Tendo um perfil cuidador
As batalhas lhe chamavam
E seus olhos despertavam
Pelo desafiador.

Guerrear pelo seu povo
Era o que lhe motivava
O sonho da liberdade
Para todos cultivava
Sendo muito decidida
Era até envaidecida
Pela força que ostentava.
(ARRAES 2020, p. 48-49)

Para Arraes (2020), e para nós, ao celebrarmos o líder Zumbi dos Palmares, em 20 de novembro ou qualquer outro momento, Dandara também deve ser celebrada, pois lado a lado os dois lutaram.

Chamamos a atenção aqui, para a Lei 10.639/2003, que estabelece a data de 20 de novembro como o dia Nacional da Consciência Negra, o dia de celebrar o herói Zumbi dos Palmares; e acrescentamos: sua esposa e guerreira: Dandara dos Palmares.

Segundo Arraes (2020):

Dia 20 de novembro
Dia de lembrar Zumbi
É também dessa Dandara
Que devemos incluir
O seu nome celebrado
sim, merece ser honrado
E no peito se sentir.
(ARRAES, 2020, p. 52)

Ainda segundo a Lei 10.639/2003, “Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’”. Que no dia 20 de novembro, esse esquecimento da mulher negra guerreira seja corrigido, e que

Dandara seja reconhecida como alguém que foi essencial nos longos anos em que Palmares resistiu.

A próxima heroína se chama Esperança Garcia. Escravizada no século XVIII, aprendeu a ler e escrever ilegalmente⁹, através dos jesuítas. Os mesmos se constituíam como atuantes diretos a serviço da Companhia de Jesus, que por sua vez estava ligada à Igreja Católica. Durante um longo período foram eles, a base de todas as relações europeias, como afirma Carneiro:

Durante séculos, os princípios gerais da sociedade europeia foram formulados pela Igreja Católica. Os ensinamentos da Igreja, suas normas e o que ela considerava ser a verdade, os dogmas, não podiam ser questionados ou modificados. (CARNEIRO, 1995, p. 10)

Sendo assim, eram responsáveis também, pela catequização de índios e negros. E contribuíram diretamente para a manutenção dos preconceitos e discriminações:

Nos tempos da colônia os negros e mulatos eram relegados às profissões e atividades consideradas degradantes para os brancos. A estes estavam reservadas as atividades intelectuais, os serviços religiosos, os cargos de poder. A Igreja Católica e o Estado sempre defenderam a posição superior dos brancos, valendo-se de leis e convenções que lhes garantiam os melhores cargos títulos e privilégios. (CARNEIRO, 1995, p.10)

Ainda sobre os jesuítas, é importante frisar que alimentavam o mito da “pureza de sangue¹⁰”, e apontavam negros e índios como um empecilho para a concretização religiosa exigida na época. Segundo Carneiro (1995):

Para os jesuítas, por exemplo, o fato de muitas pessoas nascidas no Brasil serem mulatos ou índios, e não brancos, trazia dificuldades para a vida religiosa, pois seu temperamento irrequieto os tornava pouco aptos para o sacrifício que essa missão exigia. (CARNEIRO, 1995, p. 13)

Esperança Garcia com os jesuítas residia, na Fazenda dos Algodões. Onde acabou se casando e tendo um filho. Vejamos este fato no cordel:

Pelos padres jesuítas
Ela foi escravizada
Esperança era mulher
Que vivia maltratada
Mas sua personalidade

⁹ Naquela época, escravos eram proibidos de aprender a ler e escrever. Quem fosse pego ensinando tais coisas, corria o risco de ser preso e processado.

¹⁰ Mito que definia o judeu como pertencente de uma raça impura, em contraposição à raça pura, ariana. O mito da raça ariana, segundo Carneiro (1995), surgiu em fins da Idade Média, na Europa e: “dividia a população em limpos de sangue e infectos” (CARNEIRO, 1995, P. 21).

Era alma de indomada

Quando estava com os padres
Esperança se casou
E chegou a ter um filho
Que profundamente amou
Com seu marido vivia
Mas então tudo mudou.
(ARRAES, 2020, p. 57)

Com a chegada do Marquês de Pombal, os jesuítas foram expulsos do Brasil, por conta de conflitos de interesse, pois estavam tirando mais proveito do que o Rei, e as reformas pombalinas a serem implementadas. Segundo Ribeiro (2010), com as novas orientações do Marquês,

(...), a Companhia de Jesus é atingida diretamente e chega a ser expulsa, em 1759. O motivo apontado era o fato de ela ser um empecilho na conservação da unidade cristã e da sociedade civil – razão de Estado invocada na época porque:

- a) era detentora de um poder econômico que deveria ser devolvido ao governo;
- b) educava o cristão a serviço da ordem religiosa e não dos interesses do país. (RIBEIRO, 2010, p.7)

Com a expulsão jesuítica, Esperança acaba sendo levada para trabalhar como cozinheira em outra fazenda no Piauí. Lá, ao lado de seu filho e outras companheiras foi vítima de todo tipo de violência. Decidida a não aceitar os açoites diários escreveu uma carta dirigida ao presidente da Província de São José do Piauí, denunciando toda a violência sofrida.

Acontece que Esperança
Tinha aprendido a ler
Ensinada pelos padres
Tinha jeito de escrever
Foi aí que decidiu
Uma carta conceber.

No dia 6 de setembro
Sua carta foi mandada
Com palavras de apelo
E linguagem explicada
Esperança que pedia
Por urgente salvaguarda.
(ARRAES, 2020, p.58)

Alegou na carta, necessidades religiosas no interesse de ser ouvida. Esse ato faz dela símbolo de resistência, de busca por direitos e acima de tudo, por liberdade. Concordamos com Arraes (2020), que mesmo não sabendo se a carta foi respondida,

a coragem da mulher negra escravizada que usou suas palavras escritas como forma de protesto e denúncia, deve ser contada.

É por isso que Esperança
Na história se mantém
Porque teve essa coragem
E porque foi muito além
Não ficou só em silêncio
E mostrou que era alguém.
Se você não conhecia
Essa história inspiradora
Peço que também espalhe
Porque é transformadora
A verdade de Esperança
Essa grande lutadora.
(ARRAES, 2020, p. 61)

Esperança foi catequizada, sua religião não era o catolicismo que lhe foi imposto a ferro e fogo pelos jesuítas. Mas viu nessa violação, uma oportunidade de transformá-la em uma arma contra seus opressores. Uma forma de conseguir ser ouvida e adquirir seus direitos. Foi no mínimo corajosa, e essa coragem deve ser disseminada, para que outros oprimidos possam perceber que suas vozes devem ser ouvidas, e seus direitos respeitados.

E é nesse espírito de coragem e protesto, que apresento a próxima heroína. A afrodescendente, Eva Maria do Bonsucesso. Escrava alforriada e quitandeira que desafiou um homem branco e saiu vencedora em uma época onde algo assim seria impossível, pois mesmo em liberdade, negros e negras continuavam sendo marginalizados:

O negro, ex-escravo, é atirado como sobra na periferia do sistema de trabalho livre, o racismo é remanipulado criando mecanismos de barragem para o negro em todos os níveis da sociedade, e o modelo de capitalismo dependente é implantado, perdurando até hoje. (MOURA, 1992, p. 62)

Como também destaca, Arraes em seu cordel:

No passado do Brasil
No tempo da escravidão
Uma história como essa
Era sim revolução
Mas é fato que existiu
E que todo o povo viu
Mesmo sendo uma exceção.
(ARRAES, 2020, p. 72)

Aconteceu em um dia de feira quando, segundo Arraes (2020), Eva teve uma penca de banana e um maço de couve levados por uma cabra, que passeava pela calçada onde seu tabuleiro estava exposto. Decidida a não aceitar este feito, perseguiu o bicho com uma vara, e no percurso acabou encontrando com o dono do bicho, o senhor branco Inácio de Sousa. Vendo a situação, sem nem saber o motivo da perseguição, Inácio esbofeteou Eva Maria, que devolveu a agressão sem hesitar.

Segurando numa vara
Eva a cabra perseguiu
Mas puxou foi o nervoso
De um branco que isso viu
Sendo o dono do animal
Quis sair de maioral
Mas a Eva reagiu.
(ARRAES, 2020, p.69)

Eva Maria reivindicou direitos que só hoje são previstos em lei, graças à sua perseverança na luta por seus direitos:

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

§ 1º O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

(LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006)

Foi levada à justiça, mas com o apoio de trinta pessoas que presenciaram o ocorrido e atuaram como testemunhas, conseguiu justiça, colocando Inácio na prisão:

Como fosse muito pouco
Eva não ter sido presa
O desfecho foi maior
Do que só sair ileso
Foi o branco enclausurado
Por bater foi condenado
Na mais dura da certeza
(ARRAES, 2020, p.71)

Ainda em seu cordel, Arraes (2020), afirma:

É por isso que eu digo

Que ela teve um heroísmo
 Pois sem medo de lutar
 Enfrentou foi o racismo
 Por saber que estava certa
 Se manteve sempre alerta
 E peitou o vil machismo.

Ela foi Eva Maria
 Pulso de trabalhadora
 Por direito de viver
 Incansável lutadora
 Ela deu foi um exemplo
 Que rompeu o véu do tempo
 E lhe fez mais redentora.
 (ARRAES, 2020, p.72)

Que grande história temos aqui. Uma mulher negra, que indo contra todas as probabilidades ultrapassou as regras torpes do machismo e racismo, ambas de uma única vez. Colocou um homem branco na prisão, em um período onde a branquitude reinava absoluta. Isso sim é exemplo de luta, de ação.

E dando continuidade às histórias apresento agora, a heroína Laudelina de Campos Melo. Natural de Poços de Caldas-MG, no ano de 1904, teve que largar a escola aos sete anos de idade e começar a trabalhar como empregada doméstica, para cuidar dos irmãos mais novos. Vejamos este fato no cordel:

Imagine que terrível
 Era ainda uma criança
 Mas limpava e cozinhava
 Sem a chance da mudança
 Pois nesse país racista
 Não havia outra esperança.
 (ARRAES, 2020, p.78)

Mais uma vez, a falta de oportunidades e a marginalização da população negra, no pós-escravidão, agiu como responsável de realidades oprimidas. Opressão essa que fez Laudelina trabalhar como doméstica ainda criança. E aos dezoito, se muda para São Paulo. Após dois anos, para Santos, onde se casou e teve dois filhos. Mas o papel de mãe não foi o único que desempenhou, pois passou a atuar na linha de frente da luta contra as discriminações de raça e gênero.

Participou da agremiação Saudades de Campinas, grupo de valorização da cultura negra. Filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro e fundou a primeira Associação de Trabalhadoras Domésticas no Brasil.

Atuou também na Frente Negra Brasileira (F.N.B), um movimento que denunciava as questões relacionadas ao racismo e suas consequências. Segundo

Moura (1992, p.72), “um movimento de caráter nacional, com repercussão internacional”, por possuir pautas de protesto e resistência. Segundo Carneiro (1995, p.56), um “movimento organizado com o propósito de reivindicar os direitos de cidadania dos negros”.

Também teve participação no Teatro Experimental do Negro, mais um movimento da negritude, que tinha como objetivo, quebrar as correntes do racismo e devolver o merecido respeito as suas vítimas. Sobre ele, Carneiro (1995) define como:

Expressivo desse momento de afirmação é o Teatro Experimental do Negro, criado por Abdias do Nascimento em 1944, com o objetivo de garantir aos artistas negros espaço para atuar e encenar suas próprias peças. (CARNEIRO, 1995, p. 57)

Em 1938, Laudelina acabou se separando e conseqüentemente, se dedicando ainda mais em movimentos políticos de esquerda e militantes. Protestou contra o racismo, a favor da educação, defendeu os direitos das mulheres e mais uma vez foi pioneira nos debates da classe de empregadas domésticas no Brasil. Foi ela responsável pelo primeiro Sindicato das Empregadas Domésticas.

Segundo Arraes (2020):

Tantos foram os seus feitos
Que queria aqui citar
Feminista negra e forte
Nos inspira a batalhar
E lutar pelos direitos
Sem parar e sem calar.
(ARRAES, 2020, p.82)

Falar de Laudelina significa desbravar várias formas de luta e resistência. Significa mais uma vez compreender o poder revolucionário de mulheres que não se limitaram a vida opressiva a que foram submetidas. Mulheres inspiradoras.

Maria Felipa também foi símbolo de luta e resistência, uma heroína afrodescendente de escravizados do Sudão.

Munanga (2009) nos ajuda a identificar esse país, o Sudão, na África,

País da África oriental; foi colonizado por um condomínio anglo-egípcio; tornou-se independente em 1956.
A região da África em contato geográfico com a fronteira sul do Deserto do Saara; é neste contexto que se fala do Sudão ocidental e do Sudão central para designar respectivamente os países da África em contato com a parte ocidental do Saara e a parte central do Saara. (MUNANGA, 2009, p. 104)

Felipa residia em Itaparica na Bahia e trabalhava como marisqueira. Ficou conhecida por liderar mais de duzentos indígenas e mulheres negras na luta pela independência da Bahia, onde incendiaram mais de quarenta embarcações. Vejamos este fato no cordel:

Essa Maria Felipa
As mulheres liderou
Eram cerca de quarenta
As mulheres que juntou
E com muita ousadia
Grande incêndio provocou.

Reunidas as guerreiras
Por Felipa lideradas
Colocaram fogo alto
Nas embarcações chegadas
E que eram inimigas
Da gente mobilizada.
(ARRAES, 2020, p.98)

Ajudou a fortificar as praias de Itaparica, organizou a distribuição de alimentos aos necessitados e mais uma vez entrou na guerra, dessa vez contra Guimarães das Uvas¹¹, no qual deu uma surra com a ajuda de outras mulheres. Arraes (2020) informa ainda que Maria Felipa foi citada por escritores como: Xavier Marques e Ubaldo Osório.

Segundo Arraes (2020):

Heroína negra e forte
Líder dessa independência
Para o povo da Bahia
É imensa essa influência
Que dela jamais esquece
Por sua resiliência.

Como fica muito claro
Nosso povo tem história
E por isso nós devemos
O respeito e a memória
Para Maria Felipa
Que viveu imensa glória.
(ARRAES, 2020, p.101)

Maria Felipa lutou pela independência, proveu alimento para quem precisava e foi à guerra contra portugueses invasores. Suas contribuições foram imensuráveis e sua influência essencial para que mais pessoas também se sentissem inspirados a

¹¹ Soldado da esquadra portuguesa.

lutar. Um exemplo atual é o grupo internacional de mulheres capoeiristas que se reúnem sob o nome de sua organização denominada de Marias Felipas, devido o exemplo de luta de Felipa, que era uma capoeira. Esta organização está voltada para o combate a violência contra a mulher, na capoeira, bem como o acolhimento e promoção da mulher na capoeiragem, em igualdade de condições com os homens¹². Maria Felipa merece sim ser homenageada e continuar inspirando mais homens e mulheres pelo Brasil e mundo afora, a exemplo das capoeiras.

A próxima heroína que agora apresento, também é digna de homenagens. A afrodescendente, Maria Firmina dos Reis, que nasceu em São Luiz do Maranhão e foi a primeira romancista brasileira, negra e nordestina. Seu romance ascendente foi intitulado *Úrsula*. Narrativa abolicionista que traz um retrato de como era a vida de escravizados que viviam em uma fazenda juntamente com seus senhores. Vejamos um pequeno trecho da obra:

Era a primeira vez que me afligia tão incompreensível pesar. Minha filha sorria-se para mim, era ela gentilzinha, e em sua inocência semelhava um anjo. Desgraçada de mim! Deixei-a nos braços de minha mãe, e fui-me à roça colher milho. Ah, nunca mais devia eu vê-la. Ainda não tinha vencido cem braças do caminho, quando um assobio, que repercutiu nas matas, me veio orientar acerca do perigo eminente que aí me aguardava. E logo dois homens apareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira — era uma escrava! Foi em balde que supliquei em nome de minha filha, que me restituíssem a liberdade: os bárbaros sorriam-se das minhas lágrimas, e olhavam-me sem compaixão. Julguei enlouquecer, julguei morrer, mas não me foi possível. A sorte me reservava ainda longos combates. Quando me arrancaram daqueles lugares, onde tudo me ficava — pátria, esposo, mãe e filha, e liberdade! Meu Deus, o que se passou no fundo da minha alma, só vós o pudestes avaliar! (REIS, 2018, p.87)

Podemos perceber neste fragmento da obra, através do depoimento da personagem preta Susana, como o africano se sentia ao ser capturado e transformado em escravo. É a história contada do ponto de vista do oprimido, não do opressor. Esse é um dos motivos pelos quais a obra de Maria Firmina se torna tão genuína e necessária.

Djamila Ribeiro, em sua obra “Pequeno Manual Antirracista”, enfatiza a necessidade de lermos autores negros. Segundo ela:

O apagamento da produção e dos saberes negros e anticoloniais contribui significativamente para a pobreza do debate público, seja na academia, na

¹² Este livro publicado recentemente pode nos dar a dimensão dessa inspiração da capoeira feminina e feminista, em Maria Felipa. ZONZON, C. N. (org.). **O legado de Ritinha da Bahia**: mulheres no jogo da resistência. Salvador: Araçá; EDUFBA, 2021.

mídia ou em palanques públicos. Se somos a maioria da população, nossas elaborações devem ser lidas, debatidas e citadas. A importância de estudar autores negros não se baseia numa visão essencialista, ou seja, na crença de que devem ser lidos apenas por serem negros. A questão é que é irrealista que numa sociedade como a nossa, de maioria negra, somente um grupo domine a formulação do saber. É possível acreditar que pessoas negras não elaborem o mundo? (RIBEIRO, 2019, p.64-65)

Maria Firmina, mais que elaborar o mundo, foi pioneira em debates fundamentais. Foi também professora, aos vinte e cinco anos de idade, a primeira concursada do estado do Maranhão. Também produziu poesias e contos e fundou uma escola gratuita para meninos e meninas no ano de 1880, que infelizmente, devido ao machismo daquela época acabou sendo fechada. Maria Firmina continuou sua caminhada, sempre escrevendo obras antiescravistas e defendendo a campanha abolicionista.

Segundo Arraes (2020):

Ela foi tão importante
Para outras instigar
E a mim muito emociona
Quase ao ponto de chorar
Quando penso em sua vida
Quero assim compartilhar.

Porque graças a Firmina
Hoje temos esse espelho
Da mulher negra escritora
E que publicou primeiro
Um livro abolicionista
Como mais belo centelho.
(ARRAES, 2020, p.111)

A história dessa heroína é sim emocionante. Precisa ocupar lugar de destaque nas escolas brasileiras, para que assim possam surgir muitas outras Marias Firmina, para preencher os espaços que o racismo e o machismo tentam a todo custo ocupar.

Mas um artigo de inspiração é a história da heroína afrodescendente, Mariana Crioula. Escrava mucama e costureira que vivia em Paty do Alferes. Participou da maior revolta de escravos do Rio de Janeiro ao lado de Manoel Congo, no ano de 1838. A revolta culminou em fuga. Mais de quatrocentos escravizados seguiram caminho até Santa Catarina, na Serra da Mantiqueira, onde sofreram uma emboscada. A grande maioria conseguiu manter a fuga e somente Mariana, ao lado de mais quinze foram pegos e levados de volta para a fazenda. Ao final, o número superior de libertos foi sim motivo de alegria. Graças a Mariana, a líder excepcional.

Segundo Arraes (2020):

Que Mariana Crioula
 Faça parte da memória
 Para toda gente negra
 Para toda nossa história
 Que seu nome se espalhe
 Pois é nossa essa vitória.
 A lição é que entregar-se
 Nunca é uma opção
 Só lutar que muda a vida
 Batalhando em união
 Com o firme objetivo
 De alcançar transformação.
 (ARRAES, 2020, p.122)

Na volta para a fazenda, era aclamada como rainha, mas para que ela e suas companheiras de revolução pudessem sobreviver, teve de negar a posição diante de seus senhores. Uma estratégia arriscada, que de fato funcionou, e tanto ela como suas companheiras no final absolvidas e vivas permaneceram.

A próxima, heroína foi também exemplar, é ela Tia Ciata, ou Hilária Batista de Almeida (nome de batismo). Nasceu em Santo Amaro na Bahia, mas perseguida por causa de sua religião¹³ teve que fugir ao lado de outras mulheres até o Rio de Janeiro, onde se instalou e começou a trabalhar como quituteira. Vestida de baiana seguiu honrando sua religião nos quitutes que vendia, mesmo com toda a perseguição.

Tia Ciata abriu as portas de sua casa para o samba de roda, ponto de encontro para grandes nomes do samba como: Donga, Sinhô e João da Baiana. Como curandeira, ajudou o então presidente Venceslau Brás a se curar de uma ferida na perna que nenhum outro médico foi capaz de curar. Mesmo depois de sua morte, Tia Ciata é inspiração e sua casa referência do samba e candomblé no Rio de Janeiro. Segundo Arraes (2022):

Pois nas festas calorosas
 As raízes sempre honrou
 E abriu também consultas
 Para quem lhe procurou
 Sempre uma yalorixá
 O candomblé concretizou.

O primeiro samba em disco
 Em sua casa foi gravado
 Por Donga e Mauro de Almeida
 Foi composto e registrado
 Tia Ciata fez história
 Muito fez realizado.
 (ARRAES, 2020, p.152)

¹³ Mãe de santo e iniciada no candomblé.

Segundo o Estatuto da igualdade racial, o samba, no qual Tia Ciata sempre esteve ligada diretamente, como uma manifestação cultural da população negra, se torna um patrimônio histórico e cultural que deve ser valorizado e preservado:

Art. 19. O poder público incentivará a celebração das personalidades e das datas comemorativas relacionadas à trajetória do samba e de outras manifestações culturais de matriz africana, bem como sua comemoração nas instituições de ensino públicas e privadas. (Lei 12.288/2010)

É importante destacar, que o primeiro samba de roda “Pelo telefone”, surgiu em roda de improviso na casa de Tia Ciata, na pequena África¹⁴, e foi registrado pelo mestre Donga, como já citado anteriormente, um dos grandes nomes do samba. Diante dos fatos aqui citados, ficam nítidos os protagonismos dessa heroína, e fortalece ainda mais a necessidade de se dar visibilidade e respeito a alguém que tanto fez pela sua religião e pela sua e nossa cultura musical.

As nossas heroínas afro-brasileiras e africanas são muitas e cabe a nós continuarmos as pesquisas e ainda transformar esses resultados dos estudos científicos em materiais didáticos e fontes de conhecimento para a leitura e fortalecimento de nossa identidade afro-brasileira, étnico-racial.

¹⁴ Região do Rio de Janeiro com grande concentração de negros libertos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O racismo e o machismo invisibilizam as mulheres negras. Invisibilizam aquelas que lutaram contra as opressões sociais e que foram retratadas nos cordéis de Jarid Arraes.

O sistema opressivo destaca na história os nomes selecionados por seus interesses, para manter as aparências e mascarar a estrutura social dominante, que desmerece a população negra e suas lutas.

Como a própria lei ordena é obrigatório o ensino da História e Cultura africana e afro-brasileira em todo o currículo escolar. Desta forma é preciso que se estude a história da África e dos afro-brasileiros que tiveram um papel na luta contra as opressões.

Porque essas e outras mulheres negras não estão retratadas nos livros didáticos e acadêmicos, nas aulas e em todo o currículo escolar? Por que foram invisibilizadas?

Destacamos que a própria autora, Jarid Arraes, menciona em seu livro nunca ter aprendido sobre essas mulheres, suas heroínas, durante seu período escolar. Jarid fez pesquisas, já posteriormente à educação básica, para poder encontrá-las em suas investigações.

Todo esse apagamento e descaso se dão por conta da herança deixada pela escravidão, que perdurou por mais de três séculos deixando marcas profundas em toda a história da população negra e que persiste até os dias de hoje, através do racismo, do preconceito e da discriminação.

O estudo do livro permitiu identificar as origens destas mulheres africanas e afro-brasileiras, isto é: de onde vieram, onde estavam inseridas e porque suas histórias foram (e são) tão relevantes no processo de superação das opressões vividas por africanas e afro-brasileiras.

Todas as heroínas aqui destacadas em nosso estudo foram responsáveis por atos concretos contra as discriminações de raça, gênero e classe, contra as opressões. Lutaram em batalhas, participaram de insurgências, produziram obras abolicionistas, enfrentaram o homem branco; permaneceram firmes no pós-escravidão, produziram movimentos de resistência, resistiram ao processo de miscigenação forçado, foram rainhas quilombolas, responsáveis por manterem vivas

as religiões e a cultura de matriz africana e afro-brasileira, enfim, de todas as formas possíveis reivindicaram seus direitos e foram agentes de mudanças sociais.

Nesse sentido, compreendemos ainda, que a perspectiva de Jarid Arraes, autora do livro lançado, em junho de 2020, *Heroínas Negras Brasileiras em 15 cordéis* ilumina um possível rumo à implementação da Lei 10.639/2003, no que se refere ao ensino sobre história africana e afro-brasileira, nas escolas públicas e privadas, em todo o território nacional. Pois, essa obra, dá visibilidade à história de mulheres negras que fizeram a diferença na luta contra as opressões, em destaque, no enfrentamento da escravidão e do racismo, preconceito e discriminação no pós-abolição; e destacamos ainda, que de uma forma didática, musical, enfim: artística, por meio do cordel.

Essas histórias, reproduzidas em forma de cordel por Jarid Arraes não podem ser apagadas, pois são fonte de inspiração para que crianças, jovens e mulheres negras possam se sentir representadas, para que valorizem a sua cultura e se reconectem com suas raízes afrodescendentes.

Para que a branquitude se perceba dentro de seus privilégios, e mais que isso, esteja ciente de toda a luta e representatividade que essas heroínas representam.

A perspectiva histórica, de gênero e raça em Arraes (2020), pode se constituir em uma abordagem teórica importante na implementação da Lei 10.639/2003 e da Lei 12.288/2010. É essencial que o estudo acerca dessas mulheres, seja abordado em escolas públicas e privado em todo o território nacional. Que esses estudos sejam embasados por autores e intelectuais negros que conversem diretamente com os processos vividos por cada mulher negra desta obra. Pois só assim a lei se fará valer, e os direitos alcançados.

REFERÊNCIAS

ARRAES, Jarid. **Heroínas negras brasileiras: em 15 cordéis**. São Paulo: Pólen, 2017.

BRASIL. **Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Acesso em: <
<https://www.gov.br/planalto/pt-br.>>

BRASIL. **Lei 12.288, de 20 de julho de 2010**. Acesso em: <
<https://www.gov.br/planalto/pt-br.>>

BRASIL. **Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Acesso em: <
<https://www.gov.br/planalto/pt-br.>>

BRASIL. **Lei 12.987, de 2 de junho de 2014**. Acesso em: <
<https://www.gov.br/planalto/pt-br.>>

BRASIL. **Decreto nº 52.682 de 14 de outubro de 1963**. Acesso em: <
<https://www.gov.br/planalto/pt-br.>>

CARNEIRO, Maria Luiza T. **O racismo na história do Brasil: mito e realidade**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. Ilustração de No Martins. Edição comemorativa 1960 – 2020. São Paulo: Ática, 2020.

MAPA da Descolonização e conflitos na África. In
<https://4minionucpsuacsnu.wordpress.com/2019/07/12/descolonizacao-e-conflitos-na-africa/>

Mapa do Brasil. In <https://images.app.goo.gl/Hzyq8twho4AddNeH7>

MOURA, C. **História do negro brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1992.

MUNANGA, Kabelenge. **Origens africanas no Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações**. São Paulo: Global, 2009.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** / 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, D. **Lugar de fala** / Djamilia Ribeiro. – São Paul: Sueli Carneiro; Editora Jandaia, 2021.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. Volume 2, 2ª ed. São Paulo: Coleção acervo brasileiro, 2018.

ANEXO A: IMAGEM DA ESTÁTUA DE CAROLINA MARIA DE JESUS

ANEXO B – LEIS ÉTNICO-RACIAIS CONQUISTADAS PELOS MOVIMENTOS
NEGROS NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

ANEXO A: IMAGEM DA ESTÁTUA DE CAROLINA MARIA DE JESUS



Fonte: Estátua de escritora Carolina Maria de Jesus na Praça Júlio César de Campos, em Parelheiros.

Foto: Reprodução / TV Globo. Acesso em: Link:

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/07/28/estatua-de-escritora-carolina-maria-de-jesus-e-inaugurada-em-sao-paulo.ghtml>

ANEXO B – LEIS ÉTNICO-RACIAIS CONQUISTADAS PELOS MOVIMENTOS NEGROS NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Lei 10.639/2003:

LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, **para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"**, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

- Art. 1º A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:
- "Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.
- § 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.
- § 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.
- § 3o (VETADO)" "Art. 79-A. (VETADO)"
- "Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."
- Art. 2o Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182o da Independência e 115o da República.



Lei 12.288/2010: Estatuto da Igualdade Racial

LEI 12.288/2010 c/ 65 artigos – baixe da internet e leia
Estatuto da Igualdade Racial

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496308/000898128.pdf>



<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496308/000898128.pdf>